

A CIDADE EM CENA

Manifestações políticas em contextos urbanos

THE CITY ON SCENE
Political demonstrations in urban contexts

Flávia Cristina Albuquerque Palhares Machado¹,
Josemar de Campos Maciel² e
Dolores Pereira Ribeiro Coutinho³

Resumo

Este artigo reflete sobre a apropriação do espaço da cidade por meio de manifestações políticas e explora suas implicações para o exercício do direito à cidade. Considerando a ideia lefebvriana de que a cidade corresponde à materialização no espaço de práticas sociais cujos sentidos e significados transcendem a sua materialidade, nos dedicaremos a analisar como a própria cidade e a delimitação do uso de seus espaços e lugares para manifestações é utilizada para a produção de efeitos políticos, exercendo uma função cênica para dramatizações da vida política. A partir de uma reflexão sobre as relações entre cidades e política na construção da experiência sensível dos sujeitos, observaremos o papel das cidades para as teatralizações da vida cotidiana ordinária e para a ruptura dessa mesma ordem, analisando algumas manifestações políticas em cidades ocorridas no último século que evidenciam a sua apropriação para a construção desses eventos e dos seus significados.

Palavras-chave: cidades, manifestações políticas, práticas sociais, teatralidade cotidiana.

Abstract

This article intends to observe the appropriation of city space through political demonstrations and explore its implications for the exercise of the right to the city. Considering the Lefebvrian idea that the city corresponds to the materialization in space of social practices whose senses and meanings transcend their materiality, we propose to analyze how the city and the delimitation of the use of its spaces for demonstrations is used to produce political effects, performing a scenic function for dramatizations of political life. After a review on the relations between cities and politics in the construction

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo Anhanguera/Uniderp (1999), pesquisadora dos grupos de pesquisa "Patrimônio Cultural, Direitos e Diversidade" e "Estudos Críticos do Desenvolvimento" do PPGDL da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS).
Email: flaviapalharesmachado@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2601-0771>.

2 Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS). Estágio pós-doutoral concluído (Estudos Culturais, EACH-USP). Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Minas). Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); e em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Roma. Graduado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso (FUCMT); e em Teologia pela PUG. Email: maciel50334@yahoo.com.br ORCID:<http://orcid.org/0000-0001-8277-9422>.

3 Professora permanente Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (UCDB, Campo Grande-MS). Doutora em Ciências Sociais – Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, especialista em Arquivologia pela ECA/USP, licenciada em estudos Sociais pelas Faculdades São Marcos e em História pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. E-mail: doloresribeiro@uol.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4719-5880>.

of the sensitive experience of subjects, we will observe the role of cities for the staging of ordinary daily life and for the rupture of this same order, analyzing some political manifestations in cities that occurred in the last century that confirm their own role in the construction of these events and their meanings.

Keywords: cities, political manifestations, social practices, everyday dramatizations.

Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a apropriação do espaço da cidade por meio de manifestações políticas, explorando suas implicações para o exercício do direito à cidade. Para este exercício, consideramos nosso objeto, a cidade, como a materialização no espaço de práticas sociais de um determinado grupo ou sociedade, portadora de sentidos e significados que transcendem a sua materialidade. Como prática social, a cidade constitui um campo da experiência que estabelece, organiza e ordena a vida humana tanto não só em relação à sua objetividade, mas também à própria subjetividade daqueles que a habitam. (LEFEBVRE, 1991; 2008; CARLOS, 2014)

Partimos da compreensão de que a cidade e seus lugares funcionam simultaneamente como produto e meio de produção e reprodução da experiência humana, envolvendo, intervindo e organizando as interações e relações entre os planos dos indivíduos e do coletivo. Estas relações acabam por formar um amplo e complexo sistema com camadas de informações, significados e valores que se assemelha a uma linguagem por meio da qual são escritas e prescritas não só as relações, mas também as práticas socioespaciais dos seus habitantes, o que nos permite afirmar que a cidade, assim como os lugares fruto dos processos de apropriação, se caracteriza por um sistema de representações ou mediações da realidade, que faz com que a cidade, antes de tudo "signifique", "informe" e comunique sobre a realidade daqueles que a habitam. (FERRARA, 2018; LEFEBVRE, 2008).

A discussão aqui apresentada envolve o direito à cidade. Entretanto, sua referência não são as lutas sociais urbanas pelo direito à cidade que se traduzem, por exemplo, em reivindicações pelo direito à moradia, ao transporte e à mobilidade urbana, ao acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Especificamente, dedicar-nos-emos a analisar como a própria cidade e a delimitação do uso de seus espaços e lugares para manifestações podem ser apropriados para a produção de efeitos políticos, como parte de estratégias de demonstração do poder ou de reivindicações pelo poder ou pela liberdade, palco da teatralidade e das dramatizações da vida política das cidades, como sugere Balandier (1982).

Para tanto, propomos inicialmente uma breve revisão conceitual sobre as relações entre cidades e política na construção da experiência sensível dos sujeitos cidadãos. Em seguida, observamos como a cidade se constitui um cenário para teatralizações não só da vida cotidiana ordinária, mas também de eventos que mobilizam os sujeitos para a ruptura dessa mesma ordem. Por fim analisaremos algumas manifestações políticas em cidades ocorridas no último século para observar o papel das próprias cidades na construção desses eventos e dos sentidos que lhe foram atribuídos. A partir dessa análise, pretendemos estabelecer o papel das manifestações políticas para uma constante renovação das aspirações por liberdade que as cidades sempre inspiraram e que definem tanto as formas de ocupação dos espaços urbanos como as práticas políticas que definem essa ocupação e o próprio modo de habitar as cidades.

Cidade, lugar de encontro e da política.

Compreendida como um produto social, a cidade é, portanto, um espaço constituído coletivamente, a partir do encontro de diferentes indivíduos que constroem, por meio da vida urbana, uma identidade coletiva, uma história comum cuja realização se dá na esfera pública e, em consequência, também comporta formas de participação na vida pública e relações políticas e de poder. (ROLNIK, 1995; CARLOS, 2014)

Em consequência, a cidade articula o espaço-tempo da ação humana no plano individual e também coletivo, como plano de realização da sociedade, uma vez que o ajuntamento dos indivíduos implica também em uma organização da vida coletiva. Na história ocidental é possível evidenciar a expressão da dimensão política da vida na cidade por meio da concepção da *pólis* grega ou da *civitas* romana, que designavam mais do que o caráter territorial ou os aspectos físicos e materiais da cidade: expressavam formas de “habitar” a cidade, práticas políticas, formas de participação dos habitantes da cidade na vida pública e estabeleciam pessoas aptas a participar da vida política, os cidadãos.

Tanto a *polis* quanto a *civitas* evidenciavam claramente o sentido político que envolvia a vida na cidade e as condições para o exercício da cidadania. Nestas sociedades a ágora era a representação espacial da participação política dos cidadãos na vida urbana, espaço aberto e público por excelência, destinado ao encontro dos cidadãos. Este espaço era o centro geográfico da comunidade para que seus membros se encontrassem distribuídos de forma igualitária em relação ao que ele representava: a participação na vida pública, na discussão sobre os destinos da comunidade e que também colocava a ágora como o centro da vida dos habitantes da cidade, o que influenciou de maneira incisiva as categorias mentais do pensamento grego, e posteriormente a forma de pensar do mundo ocidental. (ROLNIK, 1995; OLIVA, 2003; CARLOS, 2013; 2014)

Arendt (2018) corrobora esta afirmação enfatizando a forma determinante como a *polis* influenciou a concepção europeia e ocidental sobre o sentido e significado da política. A autora lembra que para Aristóteles, que manifestava a opinião compartilhada entre os gregos da época, a palavra *politikon* designava uma forma de organização da *polis*, que julgava representar a forma mais elevada do convívio humano, embora dela fossem excluídos escravos, mulheres e estrangeiros.

A liberdade era o que distinguia a forma de convívio na *polis*, compreendida negativamente, como aponta Arendt (2018), como “não-ser dominado” e positivamente como um espaço produzido por muitos que são, sobretudo, iguais. Desta maneira, ser livre e viver em uma *polis*, para os gregos, representavam uma mesma ideia e o sentido da política era estabelecer uma forma dos homens se relacionarem em liberdade, que, entretanto, constituía uma esfera limitada em que apenas poucos estavam aptos a participar.

Essa concepção política da liberdade tinha como aspecto relevante sua circunscrição espacial. Aqueles que deixavam a *polis* perdiam não só o território, mas também o espaço para o exercício das suas liberdades e a companhia dos seus iguais. A compreensão da *polis* como um espaço de liberdade era claramente expressa pelo livre trânsito entre os iguais na ágora. Desta maneira, Arendt (2018) aponta que, para os gregos, a liberdade significava não só poder ir onde bem se desejasse, mas também não estar subordinado a nenhum tipo de coação por outro homem. O conteúdo de ser livre, contudo, era mais amplo porque originalmente entre os gregos não havia uma separação entre falar e agir, uma vez que falar era compreendido como uma forma de agir, portanto equivalentes. Como consequência, o espaço de liberdade representado

pela *pólis* também compreendia uma forma de agir e de se expressar no espaço público compartilhada entre comuns.

Rancière (2010) retoma essas ideias para formular a sua concepção de política, afirmando que “bem antes de ser o exercício de um poder ou uma luta pelo poder, é o recorte de um espaço específico de ‘ocupações comuns’; é o conflito para determinar os objetos que fazem ou não parte dessas ocupações, os sujeitos que participam ou não delas.” (p. 46), ou seja, uma configuração de uma percepção ou sensibilidade espaço-temporal que determina as maneiras de ser e estar no mundo que

[...] recorta um determinado espaço ou um determinado tempo, enquanto os objetos com os quais ela povoa este espaço ou o ritmo que ela confere a esse tempo determinam uma forma de experiência específica, em conformidade ou em ruptura com outras: uma forma específica de visibilidade, uma modificação das relações entre formas sensíveis e regimes de significação, velocidades específicas, mas também e antes de mais nada formas de reunião ou de solidão (RANCIÈRE, 2010, p.46).

Rancière aproxima e relaciona sua concepção de arte e de política pelo papel que ambos exercem na configuração da experiência humana, determinando modos do sentir e agir no mundo. Esta perspectiva abre a possibilidade de reaproximação da cidade ao seu sentido político, ao retomarmos, conforme sugere Lefebvre (1991, 2008) a compreensão da cidade como “obra”, como realidade prático-sensível cujo valor depende primordialmente do seu uso e apropriação, produto e expressão de formas singulares da criatividade e da sensibilidade humanas por onde se produzem relações sociais.

Para Lefebvre, as cidades são produto de conjuntos de intencionalidades humanas e, ao constituir um modo de vida especificamente urbano, moldam não só o espaço mas também a racionalidade, ou seja, determinam “uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou ante dos encontros)” (LEFEBVRE, 2008, p. 86) e que estabelecem uma ‘qualidade’ que nasce de ‘quantidades’ de espaços, objetos, produtos e relações que se imbricam formando sentidos e significados específicos.

Portanto, por serem produzidas socialmente, ou seja, essencialmente para o uso coletivo, as cidades configuram a experiência individual e coletiva dos habitantes que dela se apropriam. Esta perspectiva ressalta a convergência entre o chamado “fato urbano” e o “fato artístico”, conforme já afirmavam Rossi (1995) e Argan (1995): o caráter de obra das cidades traz consigo registros da memória, dos valores e da própria maneira de viver e fruir os seus espaços. A arte, assim como a cidade ou a política, não atuam em um campo próprio ou específico do conhecimento, mas operam por meio da percepção para a apreensão da obra que tornam presentes os valores da cultura no próprio ato em que os traduz e reduz a seus próprios valores, contribuindo para a construção de imagens e de um imaginário comum sobre a realidade a qual se referem.

A esfera do espaço que é público e coletivo nas cidades apontam para o a identificação de um sistema de evidências sensíveis que, em consonância com Rancière (2009), também indicam a construção de uma espécie de sensibilidade comum, um modo de pensar, sentir e agir comum a uma sociedade ou a uma época, e que, portanto, é também político, denominado pelo autor *partilha do sensível* e que:

[...] fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se fundem numa partilha de espaços, tempo e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2009, p. 15).

Esta forma de partilha é precedida por uma outra forma, que determina aqueles que podem tomar parte do comum em função daquilo que fazem ou que são, definindo a competência ou a incompetência para o comum; o que pode ou não ser visível ou lembrado num espaço e num tempo comum ou ainda que pode ou não ser dotado de uma palavra comum. (RANCIÈRE, 2009; 2010) É, portanto um regime de visibilidade que também se reproduz no espaço das cidades, compartilhada por um grupo que constitui um “nós” e reconfigura a experiência do “eu”, capaz de efetuar recortes dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra, do silêncio e do ruído que simultaneamente define o próprio tempo, o lugar ou o discurso.

Esta perspectiva de entrelaçamento das atividades humanas permite-nos pensar na cidade como uma expressão material e concreta dessa “partilha sensível” que permeia a experiência daqueles que habitam a cidade, partes dela ou que convivem em seus espaços mas que, no entanto, não se dá de forma homogênea ou sem conflitos, operando por meio da exclusão-inclusão daqueles que compartilham a mesma experiência⁴ no uso espaços urbanos. A partilha sensível estabelecida por um grupo ou comunidade, ou seja, partilha de um *sensorium* e imagético comum, do que é visível, do que pode ser feito e também dito, evidencia não só uma comunidade estética, mas também uma comunidade política:

A estética foi uma espécie de redistribuição de experiência, a ideia de que havia uma esfera da experiência que não alimentava a distribuição tradicional, porque a distribuição tradicional acrescenta que as pessoas têm diferentes sentidos em acordo com sua posição na sociedade. Aqueles que foram destinados a criar regras e aqueles que foram destinados a serem regidos por regras, não têm o mesmo equipamento sensorial, nem os mesmos olhos, nem os mesmos ouvidos, e nem a mesma inteligência. A estética significa precisamente a ruptura com aquela forma tradicional de incorporar desigualdade na própria constituição do mundo sensível (RANCIÈRE, 2010, p. 86).

Conclui-se, portanto, que tanto a cidade quanto a política dizem respeito a questões de lugar, de ocupação, de visibilidade e de habitação. São partes constitutivas das concepções incorporadas por uma comunidade: das relações entre dentro e fora, público e privado, individual e coletivo, protegido e exposto, visível e invisível, pacífico e violento e que também determinam as relações e divisões de trabalho e ocupações, assim como a distribuição do espaço social e a exclusão (ou inclusão) da participação ao comum e, portanto, das maneiras de estar junto ou separado, fora ou dentro, visível ou invisível.

4 Ao longo deste texto, nos referimos a experiência tanto no plano individual quanto no coletivo, organizadora do conteúdo das relações sociais e determinante de formas distintas de apropriação dos espaços públicos e privados especialmente no que diz respeito a realização dos desejos dos sujeitos (individuais ou coletivos), como lembra Carlos (2013, 2014) e que, por esta razão, acaba por ordenar as atividades humanas no tempo e no espaço, como sugere Rancière (2009).

A teatralidade política no cenário da cidade

Diferentes autores, a partir de diferentes perspectivas, observam uma crescente teatralidade e disposição cênica da vida cotidiana das sociedades, das formas dos arranjos sociais, das relações de produção e consumo e a organização dos poderes se organizam. Essa teatralidade pode ser observada naquilo que Debord (2003) denomina “espetáculo”, ou seja, o predomínio da imagem (ou seja, das representações) sobre a realidade e o entrelaçamento entre ambas⁵, e também na ritualização do modo em se praticam as relações sociais e se organiza a vida e o espaço cotidiana em que se empregam dispositivos comunicacionais e simbólicos, imagens e representações de maneira semelhante ao que faz o campo artístico do teatro.

Caballero (2010) observa que as práticas artísticas e políticas se expandem e se disseminam pelos espaços cotidianos, constituem uma teatralidade que se desvela para além do teatro, em diversas dimensões representacionais. Para a autora, a dimensão teatral do cotidiano desvincula o cumprimento de papéis de determinados atores sociais, objetos e o próprio cenário cotidiano de seus fins práticos-funcionais e imediatos para que estes desempenhem também “condutas sógnicas” performativas que também podem ser dirigidas a ação política.

Os arranjos cênicos e a teatralização da vida, como nota Caballero (2010), podem ser observados no arranjo concreto dos objetos e das pessoas que compõem o cotidiano das cidades. A autora reconhece essa dimensão teatral da vida das cidades a partir das observações do teatrólogo russo Nicolai Evreinov:

A vida de uma cidade, de cada país, de cada nação está submetida a uma disposição cênica. (...) Andando pelas ruas, encontrando-me sentado no restaurante, visitando as avenidas, as lojas de Paris, de Londres, de Nova York, ou de algum outro lugar do mundo, sempre analiso o gosto e as atitudes desse diretor cênico coletivo – o público – que modela a matéria teatral que é submetida segundo seus planos e projetos cênicos. Decreta o uso de tal ou qual indumentária, prescreve o arranjo dos vários objetos, determina o caráter geral e a cenografia da cena onde os jogos cotidianos são representados. Vejo pedestres, varredores, motoristas, agentes de segurança e observo a ‘máscara’ coletiva de tal rua, de tal bairro da cidade (EVREINOV, 1936, p. 121 apud CABALLERO, 2010, p. 142).

Assim como Evreinov e Caballero, Balandier também aponta uma teatralidade nas manifestações da existência social e nos atores sociais e políticos e revelam ou tornam aparentes os princípios que organizam, governam e regulam a vida coletiva, os debates e os conflitos que a permeiam: “a vida social, as transposições efetuadas pelos atores do drama e a teoria tem ligação: juntos, compõem e expõem, uma mesma ordem da realidade” (BALANDIER, 1982, p. 5).

De acordo com o autor, as cidades compõem-se de múltiplas cenas erigidas por regimes sucessivos e nos espaços urbanos são inscritos inúmeros símbolos e significações dos regimes de poder político desde a sua origem, expresso, por exemplo, pelo registro de um mito fundador, de uma representação do seu nascimento ou do poder que a origina.

5 Debord (2003) afirma que o espetáculo corresponde a uma forma de relação social mediada por imagens. Para o autor, na sociedade do espetáculo, o fluxo de imagens passa então a compor a realidade, tanto quando os objetos / relações a que estas se referem. Como consequência, o autor infere que, como as imagens constituem uma abstração da realidade, o espetáculo estabelece uma forma de percepção abstrata do mundo.

Segundo o autor é incontestável que o poder político se mostra e expõe no teatro das cidades, em um espetáculo visual que dispensa palavras:

No decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação ou em virtude de algum acontecimento. São os teatros onde se apresenta a sociedade 'oficial' e inversamente os que se 'manifesta' o protesto popular, A topografia simbólica de uma grande cidade é uma topografia social e política (BALANDIER, 1982, p. 12).

O papel de cenário para as teatralizações políticas exercido pelas cidades é exemplificado por Balandier por meio da observação do fortalecimento das cidades medievais europeias onde todas as circunstâncias da vida individual e coletiva e, de uma forma ampla, as práticas sociais, eram representadas por meio de permanentes dramatizações que tinham como palco a própria cidade:

As festas, montadas como verdadeiras liturgias cívicas, põem em cena as hierarquias constitutivas da sociedade a fim de expô-las e confirmá-las ou de contestá-las simbolicamente em pantominas sagradas [...]. As condições, as paixões, as emoções se representam: nos torneios, os jogos de sociedade e de amor. [...] O poder aparece progressivamente em cena, inclusive debaixo de sua forma repressiva no momento das execuções capitais, no curso das quais a hierarquização social é exposta e o 'exemplo' convertido em espetáculo (BALANDIER, 1982, p. 18).

Naquele contexto as manifestações públicas nas cidades consistiam em representações que a sociedade oferecia a si mesma em que eram asseguradas aos heróis do drama político prestígio e respeito por meio de demonstrações de poder, de continuidade do poder e da obediência ao poder em curso.

O período posterior, da Renascença, transformou essas representações das práticas sociais em arte praticada nos palácios ou na própria cidade. Constitui-se, assim um repertório simbólico comum e reproduzido por toda a Europa por meio de uma linguagem artística que focalizava o poder e tudo que se refira a ele e que, posteriormente, foi depois disseminado por outros continentes. As ruas da cidade passaram a ser cenário de ações e espetáculos destinados às multidões e consagrados ao poder ali exercido. As festas oficiais tomaram as cidades sobrepondo-se a exuberância dos divertimentos e festejos populares e espontâneos medievais.

Estas encenações do poder reforçam o os papéis sociais e, principalmente, quem pode e não pode participar da cena: os corpos e categorias sociais que podem expor-se entre os notáveis em seus desfiles e aqueles que assistem ao espetáculo ou apenas fazem parte do cenário e que pode ser relacionada a ideia de partilha do sensível enunciada por Rancière (2009, 2010). Conforme aponta Balandier, "a própria cidade se faz pedagoga coletiva e ensina" (BALANDIER, 1982, p. 20).

As revoluções modernas europeias não extinguiram a dramatização política, pelo contrário, passaram a difundir novas "ideias" e busca adesão a elas por meio do espetáculo público, como por exemplo as execuções em guilhotinas e as jornadas de sangue da Revolução Francesa. Desta forma, o autor afirma que

A colocação da teatralidade política em evidência, sua consagração e seus ritos, não é uma maneira obliqua de reduzi-los a aparências e jogos ilusórios. É uma resultante - tudo concorre para isto – desde as

relações sociais definidas pelo sistema de produção até as constituídas pelos valores e imaginários coletivos. [...] A sociedade não depende exclusivamente da coerção, das relações de força legitimadas, mas também do conjunto de transfigurações de que é, ao mesmo tempo, o objeto e realizadora. Sua ordem permanece vulnerável, ela é portadora de perturbações e de desordem, geradores de ardis e dramatizações que mostram o poder em negativo (BALANDIER, 1982, p. 21).

A modernidade também não aboliu as ritualizações e encenações do poder apenas modificando as suas formas e meios de expressão. A ascensão da sociedade industrial e urbana e a expansão das cidades promoveu nas cidades europeias, a partir do século XIX, motins urbanos que levavam a intermitências do poder e a governos efêmeros. Mesmo na contemporaneidade, apesar dos discursos que apelam a racionalidade, a ciência e a tecnização dos meios para o exercício do poder; a relação política ainda se estabelece a partir de dispositivos simbólicos, de práticas fortemente codificadas e ritualizadas, do imaginário e de suas projeções dramatizadas. Segundo Balandier (1982) o poder contemporâneo segue herdeiro de práticas e costumes acumulados da técnica de organização do imaginário que foi aperfeiçoada em aparelhos e dispositivos cada vez mais complexos, afetando a existência de cada indivíduo, na medida em que os Estados foram ampliando as suas intervenções e, principalmente, as suas funções.

Nas condições atuais, o exercício do poder implica em uma afirmação de competência que, no, entanto, pode não bastar uma vez que seu caráter é mais técnico do que simbólico. No processo de passagem da cena social para a cena política, os personagens políticos procuram não só parecer ser mais competentes, mas também servir aos anseios e às representações coletivas, continuando a se beneficiar do capital simbólico produzido pela sociedade sem deixar de contribuir para sua reconfiguração.

Os meios de comunicação passam a exercer um papel de sofisticada e complexa tecnologia política, promovendo as teatralidades políticas a uma arte do espetáculo midiático e aberto aos olhos da audiência protagonizada por "estrelas" políticas, muitas vezes efêmeras. Balandier (1982) afirma que apesar dessas transformações, a cenografia política, a produção de imagens e de efeitos e os investimentos míticos continuam necessários para as relações políticas e principalmente para o funcionamento e exercício do poder político.

Desta forma, o modo de produção de imagens políticas também se transformou com o uso dos meios de comunicação e das técnicas audiovisuais, viabilizando a possibilidade de ampliação da sua produção para um modo praticamente industrial e, simultaneamente, diminuindo o caráter ritualístico ou excepcional dessas manifestações em função da própria saturação dessas imagens irradiadas a exaustão. O efeito produzido como consequência é uma dramatização permanente das relações de poder, que se manifesta além dos ciclos e cerimoniais ritualísticos do poder de tradições anteriores. As teatralizações necessárias para o exercício do poder político se transformam e os personagens políticos passam a ser moldados pelos meios de comunicação, pelo cinema, televisão e, mais recentemente, por mídias, plataformas e redes sociais eletrônicas.

Balandier (1982) observa ainda que, a partir do século XIX, proliferaram-se mitos políticos cujas atuações de dão em campo opostos e depois se apagam uns aos outros. Essas figuras mostram-se como novos atores e exaltam as distinções com os que os antecedem ou antagonizam, contrapondo-se aos simbolismos e imagens destes, constituindo entidades geradoras de religiões políticas normalmente associadas a imagens e noções de uma suposta "missão civilizadora" ou de um "caminho progressivo"

idealizadas a partir do ideário das forças que as compõe. Este contexto, somado a consolidação do que se denomina sociedade de consumo, segundo Balandier (1982):

[...] fez da vida cotidiana a cena em que se multiplicam os efeitos dessa imagística, em que se exerce a sua fascinação; tudo parece tornar-se acessível e consumível: as coisas, os serviços, os símbolos, o tempo (sob a aparência de lazer) o espaço (graças aos novos meios de mobilidade) e até mesmo a vida (pelo recuo das fronteiras da morte e, de uma certa maneira, a escamoteação desta última). O consumidor apaga o cidadão; o que produz, segundo as interpretações que somente são contraditórias nas aparências, uma despolitização progressiva ou uma politização do quotidiano, portanto generalizada. [...] O debilitamento das ilusões ainda não deu lugar a novas figuras imaginárias; ele sobretudo despertou os temores e os medos e reorientou a atenção para os lugares do poder (BALANDIER, 1982, p. 66).

Desta forma, a ascensão dos novos meios e tecnologias de informação e das mídias modernas faz com que a persuasão política passe a depender cada vez menos da argumentação e mais daquilo que é manifestado espetacularmente e a política se faz cada vez mais a partir da difusão cotidiana de imagens. Mesmo em regimes democráticos e em sociedades em que a técnica, a economia, a ciência e a organização prevalecem, o investimento mítico e a criação de imagens permanecem sendo necessidades política para as estratégias de poder.

A mediação das relações sociais por meios de comunicação e, mais recentemente, por mídias e redes sociais digitais promovem uma dramatização generalizada da vida cotidiana, extrapolando os limites do campo político estritamente definido. Balandier (1982) afirma que estas mídias podem não só difundir mensagens ou discursos, mas também atribuir-lhes ou reforçar sentidos e significações políticas. Neste contexto as relações sociais e o próprio imaginário social vão sendo povoados por práticas teatrais e dramatizações, que vem sendo incorporadas ao cotidiano moderno constituído por uma criação artificial e acelerada de acontecimentos “inesperados” e cada vez mais teatralizados do cotidiano cuja reprodução espetacular, promovida pelos meios de comunicação, mídias e redes digitais reforçam ainda mais os seus efeitos dramáticos e asseguram a sua eficiência simbólica.

O ambiente urbano não deixa de exercer um importante papel para as dramatizações do poder permanecendo como palco para diversas formas de manifestações políticas. Balandier (1982) aponta que, nas sociedades totalitárias o cenário urbano é controlado e reservado para os eventos pelos quais o poder em exercício promove e regula o seu próprio culto e celebração, enquanto nas sociedades abertas as cidades e as suas ruas tornam-se palcos para cenas de protestos, manifestações e reivindicações. Para o autor,

Toda capital de longa história atem lugares, monumentos, obras e traços que são ao mesmo tempo memórias e suportes de poderosos simbolismos. A sucessão dos regimes, como a das revoluções e dos movimentos sociais o fizeram. No presente eles balizam os itinerários pelos quais o poder conduz suas comemorações e onde a contestação “expõe”, em marcha, as rejeições e reivindicações (BALANDIER, 1982, p. 71).

O autor denomina “motim urbano” as manifestações de rua que consistem em “um meio instituído ou quase, codificado e ritualizado de mostrar espetacularmente

a oposição a certas decisões dos governantes, ou de revelar, pelo recurso a uma dramatização, a não aceitação de uma situação econômica e social” (BALANDIER, 1982, p. 71). Segundo o autor o percurso escolhido para essas manifestações não é neutro, os significados e simbolismos dos lugares pelos quais transitam reforçam os sentidos dessas manifestações. Essas manifestações são peças políticas, organizadas para serem vistas nos lugares em que se dão e também para serem transmitidas, comentadas e irradiadas pelos meios de comunicação ou das mídias de cada época em que acontecem.

Tendo seu desenrolar nas ruas, estes eventos colocam os manifestantes na posição de “atores”, protagonistas de um drama político e das (re-)articulações discursivas e práticas promovidas por estes eventos. A teatralidade dessas manifestações transforma a participação dos manifestantes em atos performativos⁶, sustentados por imagens codificadas a partir de princípios e paradigmas teatrais ou representacionais que podem expressar tanto o cumprimento de papéis sociais, como também a sua subversão ou suspensão (CABALLERO, 2010).

Na atualidade, essas manifestações que desencadeiam o que Marinho (2011) denomina “enxameamento⁷ civil” (*swarming*), constituindo eventos de “agregação” de indivíduos que se movimentam no ambiente urbano formando um corpo coletivo. Os eventos dessa natureza são retro-alimentados pela difusão de suas imagens, que funcionam como catalisadores do próprio movimento e vetores de agregação entre os participantes, reafirmando o efeito teatral e performático deste tipo de manifestação:

Manifestações de rua são encontros de corpos, mas, antes de tudo, na sociedade da informação, funcionam como imagens, produtos simbólicos, signos de mobilização política. Nesse caso pode ocorrer que a sucessão de aglomerações e de imagens de aglomerações leve a dinâmica de contágio a ultrapassar seu tipping point e a disparar o processo de enxameamento incontrolável da multidão. [...] O enxameamento, ao contrário, é uma dinâmica de agregação porque, embora processos de propagação e contágio também necessariamente ocorram aí, há, nesse caso, a agregação dos agentes. No enxame, as pessoas se juntam. Indivíduos movidos por um mesmo ideal ou propósito, depois de rompido o limiar de contágio social, tendem a se agrupar. Se os contaminados por um vírus, numa epidemia, não se encontram, no *swarming*, eles se comportam como uma horda de propagadores de vírus invadindo as ruas. É isso, exatamente, o que são os agentes de um *swarming*, e é essa, exatamente, a imagem que se tem de um enxame (MARINHO, 2011).

A construção desses eventos ocorre geralmente como uma reação conjuntural coletiva e pública a situações ou fatos políticos considerados deletérios ou indesejáveis pelos

⁶ Caballero (2010) utiliza o termo “performance” no contexto do que chama dramas sociais, teatralidades da resistência, ações-intervenções ou performances cidadãs como “uma sequência de atos simbólicos, que busca novos significados mediante ações públicas” (CABALLERO, 2010, p. 144).

⁷ Marinho (2011) aponta o “enxameamento civil” ou *swarming* como um fenômeno que se dá a partir da agregação de indivíduos atomizados, que mesmo com a capacidade individual de ação e interação limitada, adquirem, em conjunto, a aparência de um corpo coletivo em situações de conflito ou de celebrações. Para o autor esse agregado resulta da proximidade espaço-temporal dos seus componentes, da multiplicação repetitiva de comportamentos individuais e da identificação afetiva a um objeto ou sentimento. Para o autor, o enxameamento se realiza mesmo como um enxame de corpos, agregados fisicamente, de modo “compacto, insidioso, pluriforme e tentacular” que ocupam as ruas das cidades e tem como catalisador desse processo as próprias imagens de aglomeração, “num esquema típico de feedback positivo, podem induzir e levar a mais aglomeração” (p. 214).

participantes. Scherer-Warren (2014) aponta que, as manifestações contemporâneas correspondem a modalidades de organizações do ativismo civil com diferentes dinâmicas e papéis políticos, entre as quais a autora distingue algumas tipologias: manifestações ou marchas dos movimentos sociais⁸, manifestações amplas da cidadania e /ou dos “indignados”, manifestações-boqueio ou “formas de ação nas ruas” e ação-manifesto social.

Destas tipologias destacamos especialmente aquelas designadas pela autora como Manifestações amplas da cidadania e /ou dos “indignados”, pois referem-se as manifestações políticas de rua da atualidade. Os eventos dessa natureza representam processos mobilizatórios de caráter político heterogêneo, podendo inclusive agregar antagonismos; e são constituídas pela agregação de indivíduos de diferentes identidades, expectativas, experiências, idades, recursos materiais e culturais que nem sempre são organizados em movimentos sociais, mas que formam “multidões” em que se observa o fenômeno de “enxameamento civil”, mobilizados especialmente por meio de redes sociais digitais.

Estas manifestações, contudo, tem resultados incertos, colocando em cena contestações que geralmente acabam controladas pelo poder vigente sem que este seja ameaçado de forma imediata. O objetivo principal deste tipo de manifestação, segundo Scherer-Warren (2014) é dar visibilidade e reconhecimentos para o evento político em si. Por esta razão, a transmissão ou reprodução de imagens dessas manifestações são essenciais para difundir ou ampliar emoções e sentimentos que podem levar a dinâmicas de forças nem sempre previsíveis e nestes casos os atos para a manutenção da ordem assumem o aspecto de repressão com o objetivo de constranger e desmobilizar os manifestantes, e, em um sentido mais amplo, de “desdramatizar” os atos, conforme enunciado por Balandier (1982).

Manifestações populares: as cidades em cena

Ao longo da história das cidades, a ideia de espaço público como lugar das trocas sociais ganhou diversos contornos físicos, inclusive agregando e convivendo com outros usos e funções urbanas levando a múltiplas formas de apropriação (CARLOS, 2013). A manifestação política é também uma forma de uso da cidade e de apropriação dos seus lugares, como visto anteriormente. Esta apropriação e usos políticos do espaço urbanos ocorre tanto a partir da experiência sensível daqueles dos indivíduos que tomam parte desses eventos, mas também na maneira como o corpo coletivo formado pela agregação dos sujeitos opera os significados e simbolismos atribuídos aos lugares da cidade nesses tipos de eventos teatralizados, como sugeria Balandier (1982).

Manifestações populares políticas ainda que localizadas em cidades de realidades singulares tem o potencial de se irradiar territorialmente, desencadeando processos de transformação amplos que nascem a partir de cenários urbanos simbolicamente reconhecidos por sujeitos de realidades díspares, possíveis de se inferir historicamente. A cidade de Paris, por exemplo, catalisou diversas manifestações que se irradiaram pela Europa e por outros continentes ao longo dos últimos séculos: desde a Revolução Francesa, a cidade foi palco de manifestações populares em 1830, 1849 e 1871 cujos impactos puderam ser sentidos de muitas maneiras e em múltiplas localidades,

8 Scherer-Warren distingue movimentos sociais como organizações com diferentes arranjos formais mas que estruturam em redes de militância “que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista conquistar e mobilizar cidadãos e produzir transformações sociais” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 13).



Figura 1 - Manifestações em Paris, Maio de 1968. Fonte: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/edgar-morin-maio-de-1968-reparecera/> acesso em 26/07/2021.

inclusive no desenho urbano e na configuração do urbanismo como uma disciplina, a partir das transformações urbanas promovidas com a reconstrução da cidade, tanto no plano prático-material quanto no plano da experiência sensível dos seus habitantes. A cidade de Paris foi novamente palco de grandes manifestações populares em maio de 1968. Os eventos daquele ano foram inicialmente promovidos por estudantes e se irradiaram a partir do campus da Nanterre da Universidade de Paris, nos arredores da cidade⁹, e se espalhou por outras universidades de Paris, com confrontos diretos entre os estudantes e as forças policiais ocorrendo nas imediações destes locais. Rapidamente os protestos se espalharam pelas ruas da cidade mobilizando também trabalhadores insatisfeitos com as suas condições de trabalho que se uniram aos estudantes, e iniciaram greves que pararam a França, estabelecendo uma situação espaço-temporal de encontro e contato entre grupos sociais que normalmente não se aproximavam nem partilhavam as mesmas experiências ou os mesmos espaços urbanos:

No funcionamento normal da sociedade existe pouco contato entre universitários e trabalhadores. Na sua grande maioria, os estudantes provêm das casses média e alta. A vida social é organizada de modo separado. Os estudantes são concentrados em campo ou em centros urbanos onde prevalece o setor terciário. Os trabalhadores se concentram na periferia da cidade, nos subúrbios ou cidades-dormitórios. A localização no espaço urbano. A estrutura da jornada de trabalho e as clivagens sócio culturais no lazer afastam estudantes e operários. Em maio de 1968 criou-se espontaneamente um relativo rompimento dessa separação. Pela primeira vez, estabeleceu-se um contato direto entre estudantes e operários nas ruas, nas assembleias, em debates improvisados, nos comitês de bairro, na porta das fábricas. [...] A principal forma na qual se manifestava o

9 Conforme lembra Morin, filósofo francês Henri Lefebvre era professor da Universidade de Nanterre. A observação do contexto urbano e das práticas sociais se evidenciaram a partir da subversão da ordem em curso promovida por essas manifestações e inspiraram as reflexões do que levaram as formulações do seu livro-manifesto “O Direito à Cidade”, do mesmo ano.



diálogo entre estudantes e trabalhadores era o comitê de ação em diversos bairros (THIOLLENT, 1998, p. 77) .

Nessa ocasião, a cidade de Paris serviu não apenas como palco do evento político, para se tornar ela própria um suporte e um meio de comunicação a propagar as mensagens dos manifestantes. As universidades, as ruas e os locais de manifestações foram cobertos por cartazes e pichações com slogans e palavras de ordem. A cidade e os seus lugares se abriram para uma ocupação indiscriminada, e os diferentes atores sociais desses movimentos realizavam encontros e reuniões improvisados não só nas ruas e praças, mas também faziam assembleias gerais nas universidades e teatros. Até mesmo os paralelepípedos (*pavés*) utilizados para a pavimentação das ruas de Paris ganharam efeitos simbólicos diversos por terem se transformado em “armas” ao serem arrancados do chão pelos estudantes que os lançavam contra as forças policiais que reprimiam, revelando a areia escondida sob eles, “a praia”, símbolo de liberdade (figura 01).

Os efeitos catárticos dos protestos estudantis que eclodiram em Paris naquele período foram provocados pela dramatização radical de subversão da ordem então vigente reunindo nos mesmos espaços da cidade estudantes e trabalhadores, a “brecha sob a linha d’água da civilização burguesa” identificada por Morin (2018): uma fenda ou abalo na ordem social a partir da possibilidade de ocupação comum dos espaços da cidade durante o período que duraram os protestos e manifestações e dos sentidos e significados construídos a partir dessa experiência.

A difusão de imagens e notícias sobre os acontecimentos na cidade reforçavam os efeitos teatrais dessas manifestações e inspiraram levantes e movimentos políticos por vários países, irradiados a partir de diferentes cidades que vinham sofrendo transformações decorrentes da expansão da urbanização observada em todo o mundo após a II Guerra Mundial. Os protestos de maio de 1968 catalisaram transformações político-sociais e culturais e que tinham as cidades como centros irradiadores, marcando as gerações que se sucederam.

Os eventos ocorridos em Paris não foram os únicos a marcar cidades no ano de



1968. Praga foi palco de manifestações populares em oposição ao governo comunista instalado na Tchecoslováquia após a II Guerra Mundial e a ocupação soviética do país. Os manifestantes ocuparam as ruas da cidade e a Praça Wenceslas, espaço simbólico para os habitantes da cidade, para reivindicar liberdades políticas. A cidade de Praga vivia um momento de euforia e esperança de renovação, difundido pelas celebrações do Primeiro de Maio daquele ano: uma marcha conduzida pelos próprios cidadãos que se mobilizaram espontaneamente e não pelo exército, como havia se tornado hábito. “Os sorrisos e a alegria daquele momento são documentados pela televisão tcheca, o país inteiro estava despertando e apoiava as reformas e pedia mais: mais liberdade, mais autonomia” (CECCHINATO, 2021, p. 228) . O clima de liberdade e distensão vivido naquela primavera foi precedido por um outono de violentas repressões por forças soviéticas que temiam que o espírito reformador que se instalava na Tchecoslováquia se espalhasse por outros países sob a sua influência (figura 02).

O começo do século XXI reuniu condições para uma nova série de dramatizações políticas tomarem o cenário das cidades. As chamadas manifestações “dos indignados” irromperam em diversos lugares a partir de 2011 gerando um fluxo acelerado de produção e difusão de imagens e notícias desses eventos pelos meios de comunicação reproduzidas em exaustão por usuários das redes digitais. O ano de 2011 foi marcado por manifestações políticas de diversas naturezas e pautas que foram se espalhando por cidades do mundo inteiro como estopilhos de pólvora.

As primeiras manifestações desse ciclo a ganhar visibilidade global eclodiram em maio desse ano na Espanha, com os chamados Los Indignados. A mobilização dos participantes e se deu por meio das redes sociais digitais e foi motivada pela insatisfação com cortes orçamentários nos serviços públicos, pela crise econômica vivida pela Espanha naquele momento e, principalmente pelo que consideravam omissões da democracia representativa na gestão da crise evidenciada. As manifestações se espalharam rapidamente por várias cidades espanholas, recebendo ampla cobertura midiática. Lugares emblemáticos e simbólicos como a “Puerta del Sol”, em Madri, (figura 3) e a “Plaza de Catalunya”, em Barcelona, foram ocupadas por milhares de pessoas e utilizadas como fórum para a discussão do significado da democracia naquele contexto. (CASTELLS, 2013; CURVELLO e MATEUS, 2015).

Simultaneamente também ocorreram diversas insurreições que reivindicavam mudanças democráticas e melhores condições de vida no Norte da África e Oriente Médio. As primeiras



Figura 3 - Manifestação dos Indignados na Puertas del Sol em Madri em maio de 2011. Fonte: https://www.clarin.com/mundo/indignados-Espana-extienden-Europa_0_rJO-FmfTVGg.html, acesso em 26/07/2021.

fagulhas das manifestações urbanas conhecidas como Primavera Árabe irromperam na Tunísia, espalhando-se pelo Egito e posteriormente pelo Oriente Médio e Norte da África. Os eventos tiveram grande repercussão midiática: as notícias dos confrontos entre manifestantes e forças militares e as imagens da ocupação da “Praça Tahir” (“Libertação” em português), no Cairo (figura 4), por milhares de manifestantes e transformada em “uma pequena cidade-protesto, com acampamento, comércio, coleta de lixo e um mural homenageando os mortos” (SIMÕES, 2021) foram reproduzidas em larga escala pelo mundo todo, mobilizando protestos e manifestações contra o poder instaurado também em Bahrein, na Líbia, Síria, Iêmen, Argélia e Jordânia. (CASTELLS, 2013; SIMÕES, 2021).

No mesmo ano mais de mil cidades estadunidenses também foram cenário de eventos contestatórios com repercussões globais. O movimento que veio se denominar *Occupy Wall Street* nasceu como uma reação a crise financeira que teve os EUA como epicentro, em 2008, e representava uma manifestação ampla contra a ganância das empresas, bancos e do sistema financeiro que expressava insatisfação com cortes orçamentários feitos pelo governo americano. O movimento se espalhou por outras cidades do mundo atravessando continentes, ganhou um caráter de reação ao capitalismo financeiro e ao mundo por eles constituídos:

Pela ocupação de lugares simbólicos nos centros das cidades, na maior parte capitais, eles reivindicaram o direito de se reapropriar do espaço público, preempção do governo e do mercado. Quiseram refazer desses lugares ágoras, fóruns de encontros, de discussão e de troca sobre todos os assuntos possíveis, mas também espaços criativos, dedicando-se a todas as atividades humanas que lhes parecesse lícito empreender, entre elas a criação artística. (SAUVIAT, 2012, p. 155)

O espírito de contestação deflagrado a partir das diversas manifestações do ano 2011 continuaram repercutindo pelos próximos anos. O Brasil viveu um “surto” de manifestações urbanas que espalharam por cidades do país inteiros em 2013, as chamadas “Jornadas de 2013”. Estas manifestações, chamadas por Rolnik (ROLNIK, 2013) de “terremoto” nasceram de reivindicações pelo próprio direito à cidade em um contexto de grandes transformações urbanas promovidas em todo o país para a adequação das cidades e de sua infra-estrutura urbana para a realização de grandes eventos esportivos.

As manifestações brasileiras de junho de 2013 reuniram um conjunto heterogêneo de participantes com agendas diferentes. Os abalos se iniciaram a partir de mobilizações contra o aumento das tarifas do transporte público convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), um grupo de jovens que, em conjunto com outros movimentos, iniciaram manifestações urbanas que inicialmente “impediram frontalmente, e tendo por instrumento seu próprio corpo, nosso sagrado ir e vir, em nome da criação do direito de outros irem e virem” (VIANA, 2013) (figura 5). As manifestações levaram a ocupação das ruas das cidades brasileiras grupos que, no contexto ordinário, não partilham a mesma experiência da cidade: uns porque tem o uso dos espaços urbanos interditados e são excluídos da vida social urbana pela escassez de recursos e condições materiais vivendo nas margens da cidade; e outros que pela sua condição social e material privilegiada não se sentem seguros em usufruir os espaços urbanos.

A acentuada fragmentação sócio-espacial das cidades e a desigualdade da experiência urbana fizeram com que a própria ocupação das cidades se tornasse o tema da central nos eventos brasileiros de 2013, não apenas como agenda ou discursos político mas também como prática. Para o MPL, as mobilizações representavam uma retomada das cidades através da ação direta dos manifestantes: bloqueando as vias de circulação urbanas, os manifestantes reivindicavam assumir coletivamente o controle e a organização do próprio cotidiano. (HARVEY, 2013; MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013; ROLNIK, 2013; VIANA, 2013)

O ciclo de manifestações de 2013 ocorridas em diversas cidades brasileiras relembra o papel da cidade como uma esfera pública de participação política. A dramatização da ocupação indistinta dos espaços urbanos e a subversão dos seus usos cotidianos proporcionada pelos atos expôs as contradições e contrastes da ordem social que é materializada pelas cidades. Esses atos de contestação se transformam em dramatizações espetaculares, como sugere Balandier (1982) cujos efeitos catárticos que provocam tanto nos participantes, quanto na audiência, recolocam a cidade como centro e cenário para participação e debate políticos. Ao tencionar a ordem estabelecida, estes eventos promovem e concretizam a experiência de troca e de partilha sensível entre aqueles que, no espaço-tempo desses eventos tornam-se parte de um comum.

Figura 4 - Ocupação da Praça Tahir no Cairo durante as manifestações da Primavera Árabe, em 2011. Fonte: Foto Patrick Baz / AFP/ Getty Images, disponível em <https://www.correioopovo.com.br/noticias/mundo/morte-de-ex-presidente-do-egito-e-a-fratura-pos-primavera-arabe-1.346795>, acesso em 26/07/2021.



Conclusão

A ocupação das cidades para manifestações políticas estabelece momentos teatralizados de ruptura dos usos convencionais dos espaços urbanos, proporcionando experiências em que os cidadãos se tornam parte de um comum compartilhado que em um sentido simbólico constitui a própria cidade. A reflexão sobre o caráter teatral desses eventos evidencia que os espaços urbanos ainda são portadores do sentido de liberdade, princípio que regia a participação na vida da *polis* grega e que também atraiu as pessoas de volta as cidades europeias no final da Idade Média.

As manifestações de rua colocam em evidência que o encontro ainda é o principal uso e função dos espaços urbanos, ainda que estes estejam subsumidos por outras funções urbanas decorrentes da divisão social do trabalho e da própria vida cotidiana instituídas com a modernidade a partir da consolidação do modo de produção capitalista e do processo de industrialização.

A possibilidade de experimentar a cidade por uma perspectiva além daquela que é vivida, nos limites e confinamentos da vida cotidiana, refaz o olhar e a experiência daqueles que tomam parte desses eventos, podendo abrir a porta para a imaginação de outras formas de viver o espaço urbano, por isso os efeitos imediatos desses eventos são difíceis de serem previstos ou prescritos. Neste contexto, conclui-se que

as manifestações políticas proporcionam encontros e reencontro não só entre as pessoas e os corpos que, durante os atos, ocupam os mesmos espaços urbanos, mas também com a própria cidade e seu sentido original de espaço público e coletivo para reunir pessoas, objetos e mundos que nem sempre, ao longo da história e do próprio cotidiano, podem ser reunidos.

Referências

- ARENDRT, H. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany e Kurt Sontheimer. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BALANDIER, G. *O poder em cena*. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 78 p.
- CABALLERO, I. D. Cenários expandidos. (Re)representações, teatralidades e performatividades. Tradução de Edécio Mostaçó. *Urdimento*, Florianópolis, v.1, n. 15, p.135-148, outubro 2010.

CARLOS, A. F. A. Espaço público e “nova urbanidade” no contexto do direito á cidade. *Confins*, São Paulo, n. 18, julho 2013.

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o urbano como privação e. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n.18, p.472-486, 2014.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro : Zahar, 2013.

CECCHINATO, G. A leveza da primavera de 1968. A primavera de praga através do olhar de Milan Kundera. *Kriterion*, Belo Horizonte, [S.l.], p. 225-233, janeiro 2021.

CURVELLO, J.; MATEUS, T. R. “Los Indignados” sob o olhar de Luhmann. A comunicação no dissenso. In: MÉNDEZ, J. M. G. Y., et al. *Derechos humanos emergentes y periodismo*. Sevilla: Equipo De Investigación De Análisis Y Técnica De La Información, 2015. p. 300-314.

DEBORD, G. *A sociedade do Espetáculo*. Silveira: Livros da Revolta, Le Livros, 2003. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-sociedade-do-espetaculo-guy-debord-em-pdf-epub-e-mobi/>>. Acesso em: 27 outubro 2019.

FERRARA, L. D. *Comunicação mediações interações (ePUB)*. São Paulo: Paulus, 2018.

HARVEY, D. A liberdade da Cidade. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso Digital: formato ePub.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. (Tradução de Donald Nicholson-Smith). Londres: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. *O Direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5a. edição. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARINHO, C. Dinâmicas de propagação e swarming. In: MARINHO, Cassio. *Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri: Instituto C&A, 2011. p. 198-222.

MORIN, E. *Edgar Morin: “Maio de 1968 reaparecerá”*. Tradução Anderson Lima da Silva e Martha Coletto Costa. Outras Palavras, 24 maio 2018. Online. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/edgar-morin-maio-de-1968-reaparecera/>>. Acesso em: 26 julho 2021.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso Digital, Formato ePub.

NEVES, D. *O que foi o movimento de maio de 1968*. Carta Maior, 31 maio 2020. Online. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Memoria/O-que-foi-o-movimento-de-maio-de-1968/51/47647>>. Acesso em: 25 julho 2021.

OLIVA, J. T. A cidade como ator social - a força da urbanidade. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto , 2003.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. Tradução de Monica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2009. 72 p.

RANCIÈRE, J. *O Inconsciente estético*. Tradução de Mônica Costo Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. Nossa ordem policial: O que pode ser dito, visto e feito. Tradução de Giselly Brasil. *Urdimento*, Florianópolis, v. 1, n. 15, p. 81-90, outubro 2010.

RANCIÈRE, J. Política da Arte. Tradução de Mônica Costa Netto. *Urdimento*, Florianópolis, v.1, n. 15, p. 45-60 outubro 2010.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso Digital - Formato ePub.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAUVIAT, C. Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos. *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO*, Rio de Janeiro, v.7, n. 11, p. 145-159, jul-dez 2012.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos Sociais Projetando o Futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.1, n. 1, p. 185-217, Jan/Jul 2013 2013..

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.13, n. 28, p. 13-34 set/dez 2014.

SIMÕES, R. O que foi e como terminou a Primavera Árabe? *BBC News Brasil*, 20 fevereiro 2021. Online. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>>. Acesso em: 24 julho 2021.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social* , São Paulo, v.10, n.2, p. 63-100, outubro 1998.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, E et al. *Cidades Rebeldes. Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. recurso digital formato ePub.